



1. INFORMAÇÕES GERAIS

| | |
|---------------------------|---------------------------|
| Data | 9/10/2015 |
| Horário | Das 11h00 às 12h30 |
| Local | Gabinete do Diretor Geral |
| Responsável pelo registro | Elaine Nóbrega Borges |

2. OBJETIVOS DA REUNIÃO

Apresentar e discutir os resultados da execução do Plano STJ 2020, avaliando a estratégia adotada.

3. PENDÊNCIAS DE REUNIÕES ANTERIORES

Não há.

4. ATA

4.1. Situação geral do Plano STJ 2020

O Sr. Luiz Otávio iniciou o encontro informando aos participantes que a Reunião de Análise Estratégica é regulamentada pela Resolução n. 6 de 12 de maio de 2015. Em seguida, apresentou um panorama geral do Plano STJ 2020, conforme destacado na figura abaixo:



As cores sinalizadas nos objetivos estratégicos são as seguintes:

- **Verde** – situação ótima – alcance superior a 95% das metas do objetivo.
- **Amarela** – situação aceitável – alcance de 80 a 94,99% das metas do objetivo.
- **Vermelha** – situação crítica – alcance inferior a 80% das metas do objetivo.
- **Azul** – em estudo (indicador ou meta a ser definido)

Ao comentar o objetivo **Assegurar e gerir o orçamento**, o Sr. Luiz Otávio esclareceu que o indicador **Execução do Orçamento Estratégico** apresentou desempenho inferior ao esperado no período por causa da execução frustrada do orçamento planejado para aquisição de uma ferramenta informatizada de gestão documental, tendo em vista a implantação do sistema SEI, que foi adquirido sem custos por meio de parceria entre STJ e TRF4. Considerando a entrega e implantação do objeto proposto, o Dr. Marivaldo sugeriu que fosse realizado um ajuste na fórmula do indicador de modo que evitasse apresentar um baixo desempenho quando há entrega do objeto sem custos. Contudo, o Sr. Luiz Otávio ponderou que, apesar de já terem ocorridas discussões para alteração do indicador nesse sentido, optou-se por manter como base o valor planejado para que a mensuração refletisse a qualidade do planejamento do recurso destinado aos projetos estratégicos.

Região CA. UF



Em seguida, o Dr. Marivaldo questionou sobre o desempenho do indicador **Execução Orçamentária**. O Sr. Luiz Otávio explicou que a lei orçamentária só foi aprovada em abril deste ano, o que prejudicou a execução no primeiro semestre. Além disso, o histórico do indicador demonstra a execução do orçamento é sempre maior no 2º semestre. O Dr. Miguel ressaltou a publicação da IN STJ/GDG n. 11/2015, que estabelece prazos para o processamento de licitações que devam ser concluídas no mesmo ano. Com isso, espera-se melhorar a qualidade do planejamento de aquisições e evitar uma execução muito concentrada na última quinzena de dezembro. Passou-se então para a discussão dos indicadores relativos à Gestão de Pessoas. O indicador **Adesão às Ações de Educação Corporativa** demonstrou a elevada participação dos servidores (57,4%) em eventos de capacitação, superando ainda no primeiro semestre a meta estabelecida para o ano todo (53%). Infere-se, portanto, o acerto da SGP quanto à seleção das ações que foram executadas no período.

O indicador **Ações de Educação Promovidas com Instrutor Interno** apresentou 78,3% de desempenho frente à meta de 40%. Destacou-se a valorização do servidor que atua como instrutor, a preparação de pessoas para sucessão, a diversificação dos instrutores, os ganhos educacionais trazidos com uso de exemplos da própria casa e a economia de recursos financeiros.

O indicador **Ocupação de Cargos e Funções Comissionados por Servidores Efetivos** também alcançou bom desempenho, com percentual de 80,47% frente aos 75%.

O indicador de **Desligamento de Servidores Efetivos**, por sua vez, obteve média de 0,29% quando a meta é manter inferior a 1%. Isso significa que, no primeiro semestre de 2015, somente 12 servidores saíram do STJ para assumir outro cargo na administração pública ou na iniciativa privada.

Outro indicador destacado foi a **Satisfação dos Usuários Internos de TIC**, que alcançou patamar de 89,9% frente aos 85% esperados. O Sr. Luiz Otávio informou que os demais indicadores estratégicos de TIC, **Vazão de Demandas** e **Satisfação na Entrega de Novos Serviços**, ainda não estão sendo mensurados. O Dr. Marivaldo e o Dr. Carl destacaram a qualidade dos novos serviços entregues e a importância de também medir esses outros indicadores.

Com relação ao bom resultado do indicador **Agilidade no Julgamento**, o Dr. Carl destacou que esse desempenho pode ser afetado negativamente pelo fato de alguns dos mandados judiciais encaminhados pela Secretaria dos Órgãos Julgadores ao Ministério Público não estarem sendo devolvidos de imediato, o que prejudica a agilidade da baixa. Foi levantada a possibilidade de sugerir aos presidentes dos órgãos julgadores a adoção de procedimento padronizado para esses casos. O Dr. Carl sugeriu que o assunto fosse tratado após reunião previamente marcada com a PGR.

Destacou-se ainda a execução dos projetos **ARESP (triagem)**, **Intimações Eletrônicas** e **MNI**. Foi informado que a PGE/SP manifestou interesse em aderir ao modelo junto ao STJ e que o cronograma com a PGR apresenta pequeno atraso, pois funcionalidades que deveriam ter sido implementadas naquele órgão ainda não o foram. O Dr. Carl informou que na próxima semana haverá reunião com a equipe da PGR, que apresentará cronograma previsto naquele órgão.

Quanto ao **Programa de Gestão Documental do STJ**, o Dr. Miguel comentou que, após a implantação do sistema SEI, o STJ virou referência nacional para os demais órgãos.

Passou-se então à análise dos indicadores e projetos com status de atenção. Foi informado que, mantida a tendência atual, o indicador **Processos Antigos com Primeira Decisão**, referente à Meta Nacional 2/2015, não atingirá o resultado previsto para o ano. Para reverter essa tendência, seria necessário sensibilizar os ministros sobre perspectiva de não atingimento da meta. A mesma situação se repete com relação ao indicador de **Julgamento de Ações de Improbidade Administrativa e de Crimes contra a Administração Pública**, equivalente à Meta Nacional 4/2015.

O Sr. Luiz Otávio lembrou que na reunião da Comissão de Ministros responsável por acompanhar as metas nacionais (Portaria STJ n. 649/2014) foi aprovado o encaminhamento de relatório estatístico individual para auxiliar os gabinetes no monitoramento dos resultados. O ofício de encaminhamento, porém, estava pendente de assinatura pelo presidente da comissão. Nesse ponto, o Diretor-Geral informou que expedirá memorando-circular aos chefes de gabinete com os respectivos relatórios.

O indicador **Tempo Médio da Afetação à Publicação do Acórdão** foi apresentado e a queda no desempenho recente foi atribuída a possível julgamento de temas mais antigos, o que teria impactado a média.

Seguiu-se pela apresentação da situação dos projetos **E-PET** e **Modernização dos Trâmites Processuais nos Órgãos Julgadores**, ambos aguardando disponibilidade de recurso de TI.

O Sr. Luiz Otávio demonstrou preocupação a respeito dos produtos do projeto **Modernização dos Trâmites Processuais nos Órgãos Julgadores** que são voltados para o atendimento de dispositivos do novo Código de Processo Civil, tendo em vista a proximidade de entrada em vigor da nova lei. O Dr. Carl informou que foi entregue ao Min. Og Fernandes, integrante da Comissão de Ministros responsável pela adaptação do STJ ao novo CPC (Portaria STJ/GP n. 258/2015), um relatório elaborado pela SOJ, SJD e NURER com avaliação dos principais impactos imediatos da nova lei, mas ainda não houve resposta quanto às iniciativas aprovadas.

Em seguida, iniciou-se a análise da movimentação processual do período (janeiro a setembro de 2015), com a informação que o STJ recebeu 9,2% a mais de processos, aumentou em 25% o número de julgados e em 19% a quantidade de baixados. O acervo de processos tramitando permaneceu praticamente estável (diferença de 1,4%) em relação à 31/12/2014. O Sr. Luiz Otávio



ressaltou que, mantida a tendência desses indicadores, é provável que o tribunal chegue ao final deste ano com acervo menor que o do ano anterior.

Com relação à distribuição, ficou destacado que os gabinetes receberam uma quantidade de processos 19,3% menor que em 2014, enquanto a distribuição ao presidente aumentou em 340%.

Com base nesses números, ficou nítida a efetividade do trabalho de triagem do AResp realizada pela SJD e pelo Nurer.

O Sr. Luiz Otávio destacou que as principais medidas de eficiência atacam o trâmite processual fora dos gabinetes dos ministros e questionou se não seria importante fomentar mais iniciativas voltadas aos gabinetes.

O Dr. Carl destacou o trabalho de triagem que foi feito em parceria com os ministros Bellizze e Noronha, que diminuiu em cerca de 20% o acervo de processos daqueles gabinetes. Indicou que seria necessário definir critérios para continuidade desse tipo de trabalho e como poderia ser estendido aos demais gabinetes.

Foram apresentadas e aprovadas as metas propostas pelo STJ na II Reunião Preparatória para o 9º Encontro Nacional do Poder Judiciário:

- Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.
- Identificar e julgar, até 31/12/2016, pelo menos 99% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 90% dos distribuídos em 2012.
- Julgar, até 31/12/2016, 90% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crime contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2013 e 60% das ações distribuídas até 31/12/2014.
- Reduzir o tempo médio da afetação à publicação do acórdão dos recursos repetitivos para 160 dias.
- Julgar 40% do estoque de temas afetados até 31/12/2014.

O Sr. Luiz Otávio sugeriu que a presidência informasse previamente os ministros convidados para o Encontro Nacional sobre as propostas a serem votadas, bem como indicou a necessidade de reedição da Portaria STJ n.649/2014 após a realização do Encontro Nacional, tendo sido ambas as ideias ratificadas por todos participantes.

Com relação ao Provimento n. 49/2015 da Corregedoria Nacional de Justiça, foi informado que a divulgação de dados de acervo será disponibilizada publicamente a partir de janeiro de 2016. O Dr. Benedito registrou a necessidade de informar aos ministros com a devida antecedência. O Sr. Luiz Otávio esclareceu que foi formado um grupo para tratar as informações relativas ao provimento, com previsão de concluir os trabalhos até o dia 15 de novembro. Sendo assim, após definidos os critérios para extração das informações, o relatório poderia ser apresentado aos ministros.

Por fim, foi aprovada a inclusão de uma meta para sustentabilidade referente ao cumprimento do Plano de Logística Sustentável, a alteração dos nomes dos indicadores **Abstenção em ações de capacitação** e **Atendimento dos gaps identificados nas avaliações de competências dos gestores** para Adesão às ações de educação corporativa e Desempenho por competências dos gestores, respectivamente, bem como a descrição do valor **transparência para ser transparente nas suas atribuições e relacionamentos**, bem como disponibilizar e divulgar informações de maneira clara e tempestiva, de forma a possibilitar a participação e o controle social.

5. DECISÕES

| Ação | Responsável | Prazo |
|---|-------------------------------|-----------|
| Realizar reunião com a STI para monitorar a medição dos indicadores Vazão de demandas e Satisfação na Entrega de Novos Serviços. | AMG | Até 21/11 |
| Avaliar posicionamento de reunião com PGR sobre cronograma do projeto Intimação Eletrônica . | Dr. Carl | Até 19/10 |
| Verificar viabilidade de padronização de procedimento para baixa de processos enviados ao Ministério Público. | Dr. Carl, AMG e SOJ | Até 23/11 |
| Encaminhar ofício para Chefes de Gabinete com relatório das Metas Nacionais. | AMG e DG | Até 14/11 |
| Incluir no escopo do projeto Modernização dos Trâmites Processuais nos Órgãos Julgadores os produtos voltados à automação para cumprimento e publicação automáticos das decisões proferidas no âmbito dos recursos repetitivos, bem como verificar junto à STI a disponibilidade de recursos e possível priorização. | CPES/AMG Gestor do projeto | Até 16/11 |
| Apresentar proposta de critérios para priorização de gabinete para | Dr. Carl | Até 16/10 |

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.



| | | |
|---|-----------|--|
| realizar trabalho de triagem de acervo. | | |
| Definir se trabalho de triagem será feito por meio de hora-extra ou de equipe com dedicação integral. | DG e GSP | Até 5 dias após a apresentação da proposta |
| Definir modelo de informativo para gabinetes sobre o Provimento 49 do CNJ. | AMG | Até 30/11 |
| Na ocasião do convite para o Encontro Nacional, encaminhar aos ministros informativo sobre metas propostas pelo STJ. | AMG e GSP | Aguardar confirmação de data para evento. |
| Verificar mudança na comissão de acompanhamento das metas nacionais (Portaria STJ n.649/2014). | AMG e GSP | Até 10 dias após o Encontro Nacional |
| Incluir indicador de sustentabilidade no Plano Estratégico | AMG e AGS | Até 30 dias após a aprovação do PLS-STJ |
| Alterar os títulos dos indicadores Abstenção em ações de capacitação e Atendimento dos gaps identificados nas avaliações de competências dos gestores e a descrição do valor transparência conforme registrado no item 4.6. | CPES/AMG | 19/10/2015 |

6. AUTENTICAÇÃO

| Nome | Lotação | Data | Assinatura |
|---------------------------------------|----------|------------|------------|
| Benedito Eugenio de Almeida Siciliano | GSP | 16/10/2015 | |
| Carl Olav Smith | GSP | 16/10/15 | |
| Elaine Nóbrega Borges | CPES/AMG | 16/10/2015 | |
| Luiz Otávio Borges de Moura | AMG | 15/10/15 | |
| Marivaldo Dantas de Araújo | GSP | 16/10/2015 | |
| Miguel Augusto Fonseca de Campos | GDG | 16/10/15 | |
| Rogério Cysne Araújo | CPES/AMG | 16/10/15 | |